



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2020

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE
NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Hospitalar Municipal de Navegantes (FHMN)
CNPJ:	95.313.581/0001-28
Endereço:	Rua Natividade Costa, 641, São Domingos. Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3224-0391 / (47) 3065-9779
E-mail:	saude.administracao@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	https://www.navegantes.sc.gov.br/fundacao-hospitalar

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Claudete Maria Hermógenes
CPF	017.982.639-55
Cargo/Função	Secretária Municipal
Período de gestão	de dezembro de 2019 à dezembro de 2020
Ato Nomeação e data	Portaria n.º 3.385 de 9 de dezembro de 2019
Ato Exoneração e data	Portaria n.º 3.710 de 14 de dezembro de 2020
Endereço Residencial	Rua Virgínio Reiser 409, Gravata/Navegantes/SC – 88372-604
E-mail	saude.secretaria@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A Fundação Hospitalar Municipal de Navegantes é pessoa jurídica de direito público interno, entidade beneficente de assistência social com atuação na área da saúde, dotada de autonomia administrativa e financeira. Sua missão é promover as ações e programas de saúde básica e de média e alta complexidade no Município de Navegantes, no contexto do Sistema Único de Saúde – SUS, em cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde.

Na consecução dos seus objetivos, a Fundação Municipal de Saúde de Navegantes atuará diretamente ou através de terceiros, sejam entidades públicas e/ou privadas, mediante convênios, acordos, parcerias, ajustes ou quaisquer outros instrumentos cabíveis para tanto.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei Municipal nº 969 de 22 de novembro de 1992 (art. 2º)

Alterações: Lei Ordinária Nº 2305/2010 de 05/05/2010 (Norma em vigor)

Lei Ordinária Nº 3217/2017 de 11/09/2017 (Norma em vigor)

Art. 2º A Fundação Hospitalar Municipal de Navegantes exercerá sua ação em todo o Município de Navegantes, competindo-lhe promover as ações e programas de saúde básica e de média e alta complexidade no Município de Navegantes exclusivamente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), em cooperação com a Secretaria Municipal da Saúde de Navegantes, através de profissionais habilitados, e ainda:

I - Acolher e prestar atendimento aos usuários dos serviços ofertados através do Sistema Único de Saúde - SUS, no campo médico e odontológico;

II - Universalizar a assistência à saúde através de ações e programas financiados com recursos públicos, provenientes, especialmente, do SUS;

III - Cumprir diretrizes pactuadas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios conforme o Pacto pela Saúde nas suas três dimensões: pacto pela vida; pacto em defesa do SUS e o pacto de gestão;

IV - Auxiliar a Secretaria Municipal da Saúde a executar a política municipal de saúde através de ações, serviços, programas e atividades de caráter executivo e preventivo;

V - Participar no processo de integração do SUS em âmbito regional e estadual, para:

a) promover a atenção básica, bem como o atendimento de média e alta complexidade;

b) auxiliar a Secretaria Municipal da Saúde a promover a fiscalização e a vigilância em saúde (epidemiológica, ambiental e sanitária);

c) assegurar aos usuários o acesso a serviços de maior complexidade que eventualmente não estejam disponíveis no Município;

d) promover a assistência farmacêutica;

e) promover a gestão do SUS sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. aplicam-se à Fundação Hospitalar Municipal de Navegantes, naquilo que diz respeito aos seus bens, ações e programas públicos de saúde, todas as prerrogativas e vantagens que gozam os serviços municipais e que lhe caibam por lei. (Redação dada pela Lei nº 3217/2017)

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título Do Programa	Prev. Inicial	Prev. Atualiz.	Desp Emp.	Desp Liq.	Desp Pagas
1.141	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Hospitalar	152.000	152.000	0	0	0
2.148	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	214.000	214.000	55.638	55.638	52.593
Total Geral		366.000	366.000	55.638	55.638	52.593

Situação metas físicas:

Cód. Ação	Título do Programa	Quantidade Prevista	Produto	Unidade de Medida	Quantidade Executada	% Execução
1141	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Hospitalar	1	Investimento	Ano	Sem respostas	Sem respostas
2148	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	61.762	Atendimentos	UN	Sem respostas	Sem respostas

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

A FHMN constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui colaboradores em seu quadro.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

A FHMN constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui colaboradores em seu quadro.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2020 por parte desta unidade gestora.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Concorrência	0	0	0	0
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	0	270,00	563,00	833,00
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	0	0
Total	0	270,00	563,00	833,00

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Diário Oficial dos Municípios” CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Portaria 1181 de 06 de março de 2020. Fiscais de Contrato: João Paulo Garcia Pires e Douglas Lemos
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Canto, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 178/2019. CONTRATO Nº 391/2019 PMN. Vigência: 01/01/2020 – 31/12/2020

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Leis Municipais” Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Portaria 1180 de 06 de março de 2020. Fiscais de Contrato: Fernanda Hassmann Constâncio e Tatiana de Alencar Carlini
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 240, nº 400 Bairro Meia Praia, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Processo: Inexigibilidade nº 174/2019 CONTRATO Nº 389/2019 PMN Vigência: 12 meses. 01/01/2020 – 31/12/2020

c) informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas (ou não) no exercício, demonstrando: recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

d) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não consta recomendações pendentes de atendimento neste exercício para esta unidade gestora.

VI - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade celebrados de acordo com Lei nº 9.637/2008 - OSs.

VII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício celebrados de acordo com Lei nº 9.790/1999 - OSCIPs.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2021.

Claudete Maria Hermógenes
Secretária Municipal da Secretaria de Saúde